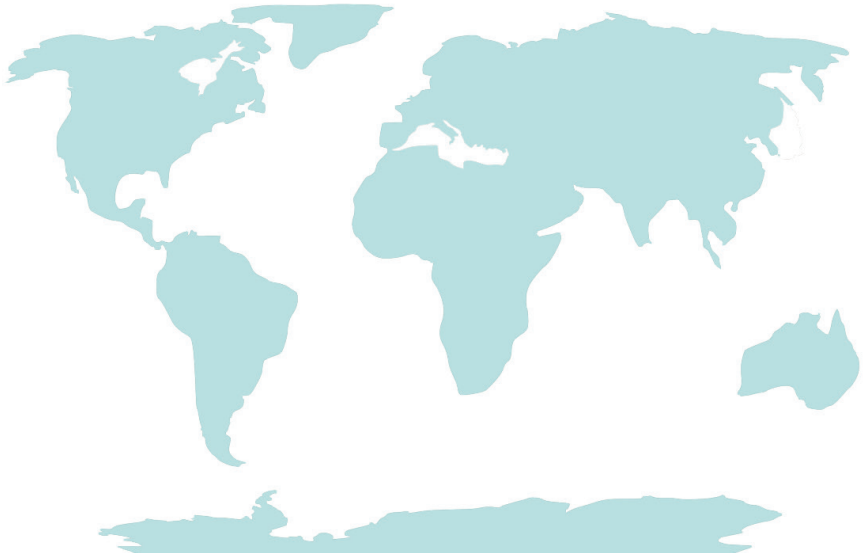
QUEIMANDO A AMAZÔNIA
UM CRIME CORPORATIVO GLOBAL

UM ALERTA PARA FREAR O ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO ENTRE MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Amigos da Terra Internacional

2020



AMIGOS DA TERRA INTERNACIONAL é a maior organização ambientalista de base do mundo. Conta com 73 grupos-membros e mais de dois milhões de membros e militantes em todo o planeta.

MAIS INFORMAÇÕES EM WWW.FOEI.ORG/ES

NOSSA VISÃO é de um mundo pacífico e sustentável baseado em sociedades que vivem em harmonia com a natureza. Queremos uma sociedade de pessoas interdependentes, que vivam com dignidade e plenitude, na qual a equidade e os direitos humanos e dos povos sejam respeitados. Será uma sociedade fundada na soberania e na participação dos povos. Será baseado na justiça social, ambiental, econômica e de gênero, livre de todas as formas de dominação e exploração como o neoliberalismo, a globalização, o neo-colonialismo e o militarismo. Acreditamos que o futuro de nossas filhas e filhos será melhor por causa do que fazemos.

www.foei.org/es

Mobilizar resistir transformar

Amigos da Terra Internacional
Secretaria
Caixa Posttal 19199, 1000GD
Amsterdam
Países Baixos

Telefone: +31 (0) 20 6221369
info@foei.org
Nos siga em twitter.com/FoEint_ES
www.facebook.com/foeint.es

Amigos da Terra Internacional

4 NÃO É O FOGO, É O PODER CORPORATIVO: INTRODUZINDO O TEMA

7 INCÊNDIOS NA AMAZÔNIA E A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

9 OS CAMINHOS DA DESTRUIÇÃO NA AMAZÔNIA PARA ALÉM DOS INCÊNDIOS

14 O ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO E A DEPENDÊNCIA NEOCOLONIAL BRASILEIRA

20 ACORDOS COMERCIAIS SUSTENTANDO A ARQUITETURA DA IMPUNIDADE

23 O PATRIARCADO SUSTENTA A IMPUNIDADE: AS MULHERES DEFENSORAS RESISTEM BRAVAMENTE

26 POSIÇÃO DA AMIGOS DA TERRA

32 FONTES PARA CONSULTA REFERÊNCIAS

AUTORA PRINCIPAL Luana Hanauer - Amigos da Terra Brasil (ATBr).

REVISÃO Lúcia Ortiz - Amigos da Terra Brasil (ATBr).

COORDENAÇÃO ATBR Letícia Paranhos M. de Oliveira - Programa de Justiça Econômica e Resistência ao Neoliberalismo (JERN) da Federação Amigos da Terra Internacional (ATI).

CONTRIBUIÇÕES Caroline Ferraz (Amigos da Terra Brasil), Sam Cossar-Gilbert (Programa de Justiça Econômica e Resistência ao Neoliberalismo da Federação Amigos da Terra Internacional), Erika Mendes (Programa de Justiça Econômica e Resistência ao Neoliberalismo da Amigos da Terra África e Amigos da Terra Moçambique), Ana Maria Vazques (Programa de Justiça Económica e Resistência ao Neoliberalismo de Amigos da Terra América Latina e Caribe e Amigos da Terra El Salvador - CESTA), Alberto Villareal (Programa de Justiça Económica e Resistência ao Neoliberalismo de Amigos da Terra América Latina e Caribe e Amigos da Terra Uruguai - REDES), Danilo Urrea (Sistema de Solidariedade Internacionalista e Facilitador Regional da Amigos da Terra América Latina e Caribe), Lora Verheecke (Amigos da Terra Europa) e Isaac Rojas (Programa de Bosques e Biodiversidade da Federação Amigos da Terra Internacional).

AGRADECIMENTOS aos movimentos e organizações brasileiras que contribuíram para as rondas pelos territórios amazônicos com a equipe ATBr: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB-Pará), Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Santarém e Alenquer, Conselho Indígena Missionário-Acre, Terra de Direitos, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri.

DIAGRAMAÇÃO Arthur Viana - Amigos da Terra Brasil (ATBr).

IMAGENS Douglas de Oliveira Freitas, Caroline Ferraz e Amélia Collins.

TRADUÇÃO PARA INGLÊS E ESPANHOLTara Burke.

EDIÇÃO Adam Bradbury, Madeleine Race, José Elosegui e Amelia Collins.

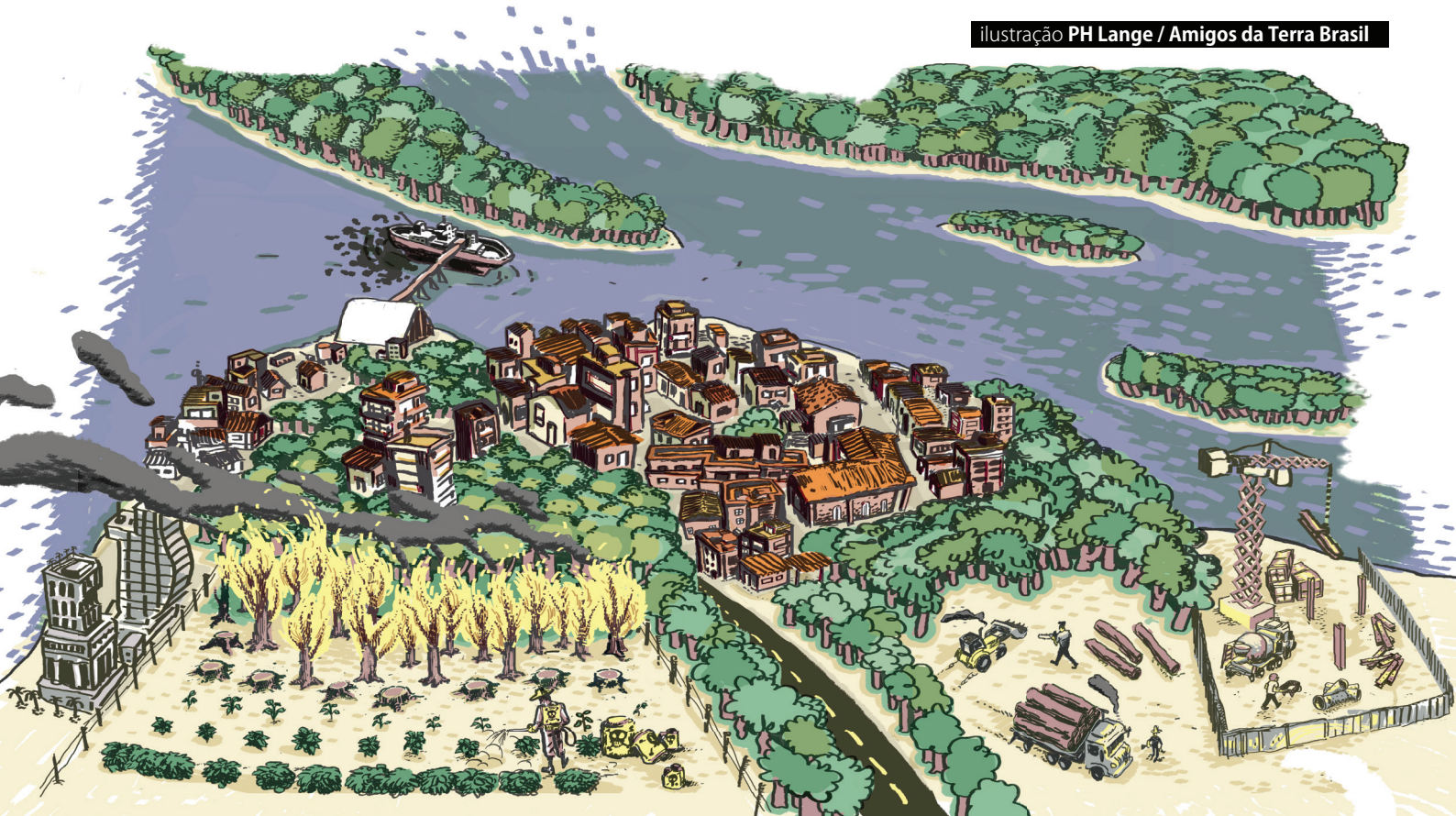
NÃO É O FOGO, É O PODER CORPORATIVO: INTRODUZINDO O TEMA

Durante décadas, as empresas transnacionais procuram expandir seu controle territorial na Amazônia. Ano após ano, avançam sobre a maior floresta tropical do mundo, seja através da ampliação da fronteira agrícola, da mineração, das grandes barragens, ou pelas falsas soluções do capitalismo verde. Com o Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e a UE, podemos identificar elementos suficientes que apontam um ritmo ainda mais violento para esta territorialização do capital transnacional e nacional na Amazônia. Os povos amazônicos, seus direitos, territórios e modos de vida são diretamente afetados.

Em 2019, assistimos as fortes cenas do fogo avançando sob a floresta tropical amazônica que comoveram o mundo: fauna e flora sendo carbonizadas ao mesmo tempo em diferentes pontos, atingindo estados das regiões Norte e Centro Oeste de Brasil. Milhares de hectares de florestas, de lares, de territórios, de saberes e vidas foram destruídas pelas chamas. Quando as queimadas atingiram recordes, em agosto de 2019, houve aproximadamente 31 mil focos de incêndios na Amazônia brasileira, um aumento de 34% em relação à agosto de 2018 (INPE, 2019). Neste mesmo ano, 84% dos assassinatos no campo e 73% das tentativas de assassinato se concentraram na região da Amazônia (CPT, 2020)[1], assim como os incêndios florestais.

Neste contexto que ocorreu na Amazônia, que ficou conhecido como “dia do fogo”. Uma ação orquestrada para incendiar diversos pontos da floresta com a intenção de “limpar” a área. A ação criminosa, coordenada por fazendeiros da região, surge como forma de “chamar atenção das autoridades” para a falta de investimentos na região que responda a um aumento da produção de um setor específico da economia, o agronegócio. Entretanto, as queimadas na Amazônia são históricas e refletem um processo de disputa de uso e também propriedade da terra na região. A imensa maioria dos focos de incêndio foram em territórios de povos e comunidades tradicionais, terras de propriedade do Estado e reservas ambientais. Não por coincidência, a ação criminosa ocorre em uma conjuntura de avanço do fascismo, em que o ataque aos povos torna-se autorizado e sem

ilustração **PH Lange / Amigos da Terra Brasil**



consequências. As denúncias dessas ações também se tornam risco: um jornalista[2] da cidade de Novo Progresso no estado do Pará, que divulgou o plano das queimadas 5 dias antes de ocorrerem registrou boletim de ocorrência contra as ameaças sofridas no município.

O fogo não é um fato isolado. Trata-se uma das etapas de um processo que consiste na retirada e venda ilegal de madeira, seguida de queimadas e desmatamento, grilagem de terras e de águas através da ocupação com gado, processo impulsiona a continuidade da expansão da fronteira agrícola na região. As terras são destinadas à criação de gado e ao cultivo de *agrocommodities*, em especial os grãos líderes de exportação: soja, milho e arroz. Assim, há uma demanda crescente de grandes obras de infra-estruturas como portos e estradas, as quais também associadas a novos vectores de ocupação a partir do mesmo ciclo que começa com o corte ilegal de árvores.

Na atual conjuntura, o cultivo de *agrocommodities* — como etapa avançada do processo de destruição da floresta, incluindo aí violação dos direitos e territórios dos povos amazônicos — tende a se intensificar nos próximos anos com o Acordo Tratado de Livre Comércio (TLC) entre União Europeia (UE) e alguns países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, excluindo Venezuela país sócio do bloco). O Acordo intensifica a crescente demanda por matéria prima para as cadeias globais de *commodities* agroalimentares e minerais organizadas e controladas pelas empresas transnacionais (ETNs). Para suprir esta demanda, são necessárias mais áreas para a produção, resultando em um aumento da apropriação de terras, exploração de bens comuns, expropriação, assim como a privatização de áreas coletivas dos povos e comunidades tradicionais.

Sob a retórica de soberania nacional, o governo de Bolsonaro não mede esforços para abrir caminhos para as ETNs. Para isso, não há pudor em descumprir compromissos ambientais e violar o direito dos povos tradicionais e territórios amazônicos. Consequentemente, todos os instrumentos do aparelho estatal são utilizados para favorecer este sistema, com a flexibilização das leis ambientais e a isenção de impostos para os investidores. Assim, o atual governo cria um cenário favorável à territorialização das ETNs de vários sectores (agroalimentar, mineral, financeiro, automobilístico, energético, tecnológico e de serviços)) no país, sobretudo na região amazônica.

As vias de entrada do capital transnacional na Amazônia são diversas. Pressionam para consolidar diferentes tendências, como a ocupação dos territórios por ETNs e a infraestrutura logística associada a exportação de *commodities*. A expansão do regime de comércio livre, através da entrada do Brasil em acordos que protegem os investidores e limitam a capacidade de regular e implementar políticas públicas, ameaça intensificar os processos violentos de apropriação de terras no Brasil e particularmente na região amazônica.

Nas páginas a seguir são apresentadas algumas reflexões a respeito do contexto amazônico, as queimadas ocorridas em 2019 como um alerta das possíveis consequências da implantação do TLC entre UE-Mercosul. Como parte de uma arquitetura de impunidade, o Acordo pode significar para as ETNs o impedimento de qualquer risco de perda de seus benefício, assim como os investidores estrangeiros, dando-lhes cada vez mais direitos às custas do desmantelamentos de políticas públicas e perdas de direitos dos povos dos países periféricos, no caso dos países do Mercosul em geral e da região amazônica em particular.

Acre, Estado do Pará, Brasil:
Em 22 de agosto de 2019, em poucas horas as chamas arderam e queimaram os cinco hectares de floresta que correspondem a 50% da área total do “Centro Cultural Huwã Karu Yuxibu”, do povo Huni Kui. Com os pés nas cinzas onde existiu a floresta, Pajé (xamã) Isaka Huni Kuin expressa sua profunda tristeza. “E*les não conhecem o remédio que existe dentro da floresta. Eles acham que é inútil, que é apenas madeira, mas é extremamente valioso. De lá, obtemos nossas madeiras nobres com as quais construímos nossas casas. Quando um de nossos filhos está doente, sei como tratá-lo, sei que remédio devo procurar. É a nossa farmácia que está viva. Se eles destroem a floresta, a riqueza de conhecimento que tenho cessa com ela; todo esse fogo me deixa muito triste*“.

Foto **Douglas Freitas / Amigos da Terra Brasil**

INCÊNDIOS NA AMAZÔNIA E A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

As cidades de Novo Progresso e Altamira, localizadas no estado do Pará (PA), tiveram os maiores registros de fogo na recente onda de queimadas. Novo Progresso fica ao lado da BR-163. A rodovia corta os estados do Mato Grosso do Sul (MS) e Mato Grosso (MT) ligando até a cidade de Santarém/PA e é a principal via de escoamento da produção de soja da região Centro-Oeste, um dos principais polos agrícola do país, para exportações. Em Santarém há ao menos 5 projetos de portos aguardando liberação para construção. Entre Sinop/MT e Itaituba/PA uma ferrovia, chamada Ferrogrão, está em projeto de realização. Todos estes projetos de infraestrutura tem a finalidade de direcionar a produção de grãos para o Oceano Atlântico, um o modelo de desenvolvimento que tem avançado a fronteira agrícola sobre a região amazônica.

A rodovia BR 163 corta os biomas do Cerrado e da floresta tropical amazônica e três bacias hidrográficas (dos rios Teles Pires/Tapajós, Xingu e Amazonas). Só nesta área, existe uma imensa diversidade biológica no qual dependem as populações tradicionais, urbanas, agricultores familiares e mais de 30 povos indígenas. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT)[3], em 2019, **28 áreas da Amazônia Legal[4] sofreram incêndios em 2019, 75% delas eram terras indígenas**.

As regiões onde houve maior número de focos de queimadas foram regiões em que o avanço da fronteira agrícola está em ritmo acelerado. O município de São Félix do Xingu no Pará, registrou o maior número de focos de queimadas e a 2ª maior área com alertas de desmatamento no segundo semestre de 2019 é, não coincidente, o município que possui o maior rebanho de bovinos do país, com 2,2 milhões de cabeças de gado[5].

Com a chegada do governo do neoliberal, ultradireita e, fascista de Bolsonaro, foi anunciada a fusão dos Ministérios do Meio Ambiente e do Ministério da Agricultura. Esta ação que já indicava o cenário de fragilidade nas políticas de proteção e de conservação da Amazônia. Quem cruzou as estradas do Centro-Oeste de Brasil em 2017 e 2018 pode ver *outdoors* de apoio à Bolsonaro em meio ao horizonte coberto de soja e às fazendas de gado. Em seus discursos já se indicava a política dirigida ao setor agrícola, um bom exemplo em seu informe proclamado em novembro de 2018: "No que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena". Isso confirma o projeto de entrega dos territórios dos povos amazônicos ao agronegócio e as ETNs.

Dados do Sistema Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real), do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que emite alertas diários de áreas desmatadas para ajudar na fiscalização, indicam que o desmatamento na Amazônia cresceu 50% em 2019. Julho foi o pior mês da série histórica, co**m 2.254 quilômetros quadrados (km²) de alertas, alta de 278% em relação a julho do ano anterior**[6]. A divulgação dos dados pelo INPE resultou na demissão do diretor do Instituto, Ricardo Galvão[7], e em seguida o governo de Bolsonaro anunciou seu substituto interino, Darcton Policarpo Damião, da Força Aérea militar, em um tendência de militarização dos cargos executivos do governo federal[8].

Dada a correlação de informações, é possível definir que os principais vetores dos incêndios e desmatamento na Amazônia, bem como no Cerrado, estão ligados a cadeia de produção da agricultura e pecuária industrial de larga escala e sua infraestrutura logística. Há uma cumplicidade entre desmatadores, grileiros, setores do agronegócio, corporações globais que dominam os mercados e seus agentes financeiros[9]. Ou seja, os incêndios são uma das ações dentro desta rede bem articulada com a finalidade de aumentar a exploração dos bens comuns visando o lucro. Sustenta-se, assim, a cadeia global de *commodities* agroalimentares e minerais controladas por ETNs.

A falta de fiscalização por parte das ETNs com suas subsidiárias e fornecedores nas cadeias de produção local não os exime da responsabilidade nesse processo. Em 2019 foi identificada que redes de supermercados britânicos, como Morrison, Waitrose, Icelans, Lidl e Co-Op[10] estariam vendendo carne procedente da JBS, o maior produtor de proteína animal do mundo e proprietário das marcas como Friboi, 1953, Swift, Seara, Seara Gourmet,

Doriana, Massa Leve, Pilgrim's Pride, Plumrose, Primo, entre outras. Um relatório da organização Amazon Watch[11] afirmou que duas fazendas que foram repetidamente multadas por desmatar ilegalmente no sul do Pará vendiam carne para a JBS. Avançar o desmatamento sobre as florestas, independentemente das multas, segue sendo visto como algo lucrativo.

Através das ações do atual governo que esta rede de atores - muitos já presentes desde o projeto de ocupação e colonização da região durante o período da ditadura militar no Brasil, e atualmente articulados em cadeias globais de produção - avança e se consolida sobre a Amazônia de forma ainda mais devastadora. A expansão do modelo de ocupação de terras da união para produção tem atropelado de forma violenta as comunidades nativas. A elas tem sido negada a coexistência com formas de ocupação dos territórios ancestrais e tradicionais que estão na Amazônia. Trata-se de um ataque sistemático que acontece contra os povos e seus territórios em toda a região e em outros biomas do Brasil.

O Cacique Kaxuqui, sentado em uma castanheira que antes era seu sustento, se lamenta e comenta: *"Essa aqui é uma castanheira que nós tirávamos o sustento da nossa família. Hoje ela está aqui queimada. Essa aqui não volta mais para esta terra. A terra que nós preservávamos, a terra que nós precisávamos está desse jeito, destruída pelos fazendeiros"*[12].

foto **Douglas Freitas / Amigos da Terra Brasil**

OS CAMINHOS DA DESTRUIÇÃO NA AMAZÔNIA PARA ALÉM DOS INCÊNDIOS

Os incêndios atingiram todos os biomas do Brasil[13] em 2019, mas a Amazônia foi o mais atacado. **Do total de 56.867 alertas de incêndio identificados em todo o país** — o que corresponde em 1.218.708 hectares ou 12.187 km² de desmatamento —, **83% desses alertas ocorreram no bioma Amazônia**, sendo 63% da área com focos de incêndio. Estes alertas representam uma área total de 770 mil hectares apenas em 2019.

Um ano depois do "dia do fogo", a ação criminal se repete: **só em agosto de 2020 se identificou 74.119 focos de incêndios ativos[14].** E em relação aos desmatadores identificados que devastaram a floresta tropical amazônica, apenas 5,3% deles sofreram qualquer tipo de penalização por parte dos organismos de inspeção ambiental[15]. Ao mesmo tempo, o Ministério do Ambiente, numa carta enviada ao Ministério da Economia, solicitou uma redução do objectivo oficial de preservação da Amazônia, na qual o governo quer ver-se livre da obrigação de reduzir o desmatamento ilegal e os incêndios em 90% em todos os biomas do país até 2023[16].

O crescente desmatamento e degradação socioambiental estão relacionadas a violação de direitos humanos e direitos territoriais. Desde 2015, vem aumentado exponencialmente a extensão da terra em conflito, segundo a CPT[17]. Este relatório anual aponta que em 2018 o número de hectares envolvidos em disputas atingiu 39,4 milhões, o que significa 4,6% do território nacional. O Pará é o segundo estado mais afetado pelos recentes incêndios, também é o estado em que há mais mortes devido a conflitos no campo (CPT, 2019).

A violação de direitos dos povos ocorre através da bem articulada rede que avança sobre os territórios da Amazônia, composta por diversas etapas e diferentes atores, como dito anteriormente. Tendo como objetivo o fortalecimento das cadeias globais de produção de *agrocommodities* agroalimentares e minerais, demanda estrutura, capital e, principalmente, terras, resultando na consolidação de um "modelo de desenvolvimento" que contribui significativamente para a perda da sociobiodiversidade na Amazônia.

Do total de 56.867 alertas de incêndios identificadas em todo o país - correspondentes a 12.187 km² de desmatamento - 83% ocorrem no bioma Amazônia

A elevada concentração de terras no Brasil é histórica e remonta o período de ocupação colonial, que deu-se a partir da vasta costa em direção ao interior do país. Mas foi desde o período da ditadura militar, entre 1964 e 1985, que as medidas implementadas para promover o "desenvolvimento" (capitalista) na Amazônia impulsionaram o deslocamento massivo e simultâneo para a floresta de grandes empresas e fazendeiros da região centro-sul e trabalhadores rurais empobrecidos da região nordeste em busca de trabalho e terras. É desde ditadura militar, período de acumulação da dívida externa e de alinhamento para um período que preparou uma conjuntura favorável para o neoliberalismo avançar no Brasil ao final dos anos 80 e toda a década de 90, que as ETNs vão penetrando na Amazônia e adquirindo milhões de hectares de terras de forma ilegal[18].

Atualmente, as empresas que mais desmatam na Amazônia estão, em sua maioria, ligadas à siderurgia e à agropecuária. **Entre os 25 maiores[19] destruidores da floresta amazônica brasileira, 13 são grandes empresas**. As siderúrgicas que estão listadas se beneficiam diretamente da retirada de madeira para a produção e uso do carvão vegetal.

Os poderes públicos, em diferentes escalas, têm tido papel central no avanço desses projetos. Entretanto, tais dinâmicas refletem crescentemente interesse de poderes privados, integrados nos circuitos globais de acumulação de capital. As ETNs controlam todas as cadeias globais de produção, já que estão no centro de poder desta rede. Atores e instituições são utilizados mediante a cooptação da democracia e da privatização da política, dando lugar á leis domésticas flexibilizantes ou fragilizadas em âmbito social, econômico e ambiental.

Essa cooptação da democracia pelo capital transnacional se evidencia hoje com a flexibilização da legislação socioambiental brasileira, que ganhou prioridade na agenda do atual governo. Desde o Golpe de Estado (2016) que retirou do poder a presidenta Dilma Rousseff democraticamente eleita no Brasil, e agora intensificado pelo governo bolsonarista, há alterações de um conjunto de legislações de combate às mudanças climáticas, associado à entrega das reservas energéticas fósseis nacionais às gigantes mundiais do petróleo. Ademais, além da demissão do diretor do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), cortou o orçamento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 90 %[20], reduziu orçamentos e exonerou funcionários do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental. E também, a gestão não sustentou o Fundo Amazônia[21], sendo um programa estratégico de combate às mudanças climáticas, combate aos incêndios, licenciamento e inspeção fiscal.

Frente à urgência e à crescente preocupação da comunidade internacional em relação às queimadas de 2019, a gestão Bolsonaro reagiu com saídas voltadas a interesses financeiros, que de forma alguma abrangem os problemas enfrentados pelos povos da Amazônia. Ao contrário, os colocam em risco ao privilegiar políticas favoráveis aos ruralistas e ao fortalecer medidas de financeirização da natureza. Projetos que fortalecem medidas como o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), ao mesmo tempo que o governo aproveitou para avançar na proposta de anistia a grileiros de terra, expressa no PL 2633 – incentivando exatamente a prática que está por trás do aumento das queimadas.

No que tange a governança climática, o atual governo desinstituiu a comissão da qual participava uma parcela da sociedade civil crítica as ações e que disputava as políticas de mudanças climáticas: a Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD). Indo além, Bolsonaro transfere para os militares a decisão sobre fiscalizações ambientais na Amazônia[22], subverte a lógica de proteção e impõe tutela sobre o território.

Somado a isso, em meio à crise sanitária da pandemia do Covid-19 que aprofundou outras crises em curso (econômica, social, ambiental) ocorrem inúmeros ataques contra o povo brasileiro. A Medida Provisória 910/2019, pretendia anistiar crimes de invasão de terra pública e desmatamento ilegal praticados até o final de 2018. A MP perdeu o prazo de aprovação e agora tramita no Congresso como Projeto de Lei 2633/2020 que cria um processo simplificado de regularização de terras públicas da união para aqueles que demonstrarem 'posse pacífica e produtiva' desde 2008. O projeto é patrocinado pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), aliados de Bolsonaro que tentam encontrar acordo para votação que ocorre de forma remota em meio a pandemia do Covid-19.

Enquanto isso, a reforma agrária e a titulação de territórios coletivos seguem paralisadas[23]. As declarações do presidente e o anúncio do Projeto de Lei 2633/2020 caracteriza a recompensa aos grileiros e fez com que estes avançassem sobre áreas ocupadas por agricultores familiares que as reivindicam para reforma agrária e também sobre terras indígenas não demarcadas. Uma prova disso são as fazendas certificadas de maneira irregular em terras indígenas na Amazônia, no qual mais de 100 propriedades foram autorizadas em Terras Indígenas que aguardam demarcação[24]. Não bastance, o presidente Bolsonaro cria um Projeto de Lei (PL 91/2020) para viabilizar o garimpo, mineração industrial, exploração de petróleo e de gás, implantação de obras de infraestrutura e plantio de transgênicos em Terras Indígenas[25].

Ironicamente, as comunidades tradicionais não têm as suas terras devidamente regulamentadas,

nem sequer têm o direito de fazer qualquer tipo de reivindicação, para começar com a realização do seu direito ao consentimento livre, prévio e informado. Além disso, pelo Decreto 10.394/2020[26] autoriza o emprego das Forças Armadas na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal.

Expansão da agroindústria: na região de Santarém, Pará, uma escola rodeada de plantações de soja. O uso de agrotóxicos não respeita o horário escolar.

foto **Carol Ferraz / Amigos da Terra Brasil**

84% dos assassinatos no campo e **73% das tentativas de homicídio** se concentram na região da Amazônia (CPT, 2020) [p. 4]

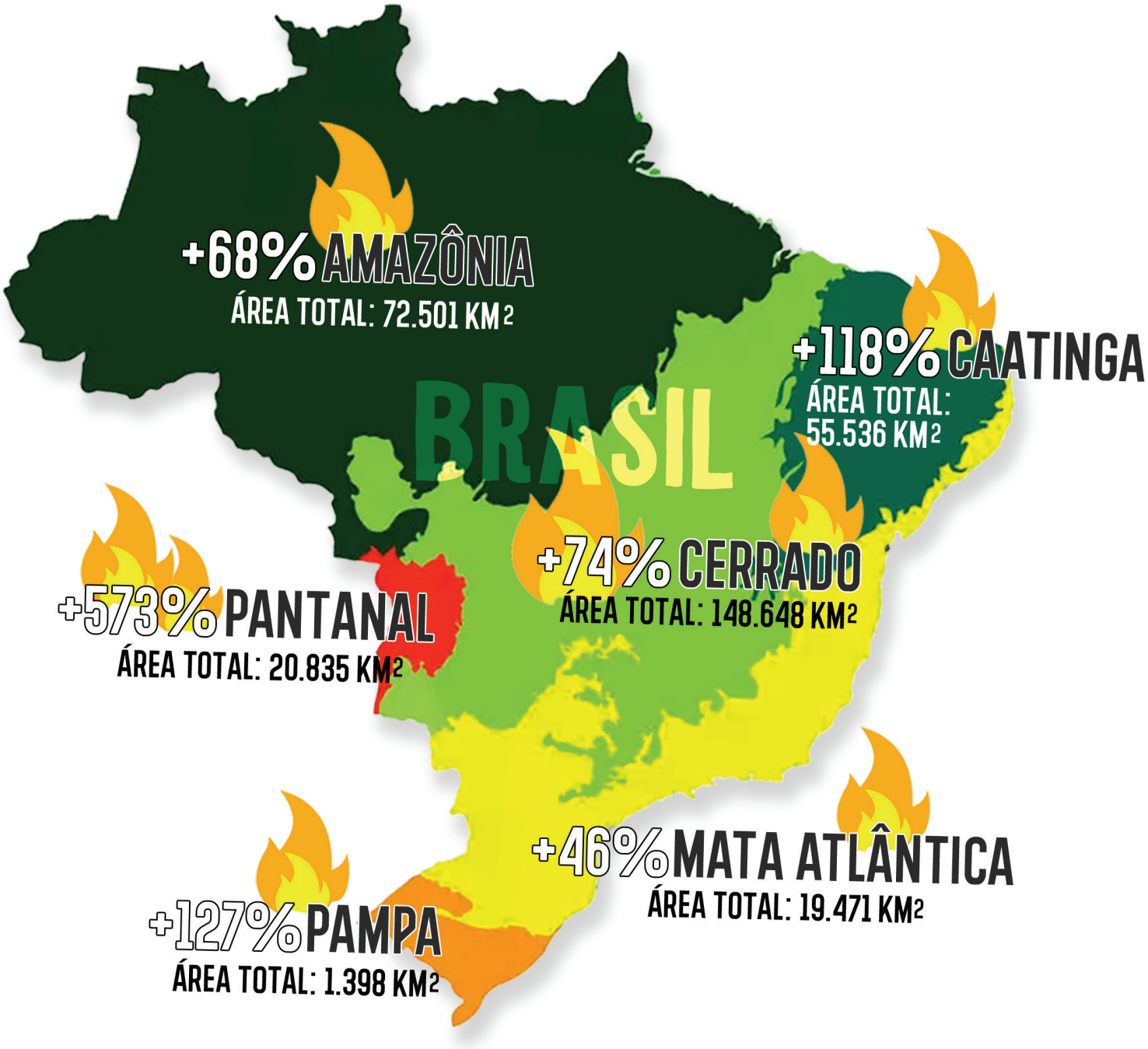
Só em agosto de 2020 se identificou **74.119 focos de incêndio ativos** [p. 9]

Será um aumento de **8,7 milhões de toneladas por ano** de emissões de GEE [p. 18]

Não é só a Amazônia que está queimando no Brasil: o avanço do agronegócio está causando problemas em todos os biomas brasileiros, como você pode ver no mapa ao lado. O Pantanal, por exemplo, queimou 573% a mais em 2019, em relação ao mesmo período de 2018 (fonte: INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)

AUMENTO DAS ÁREAS DE QUEIMADAS, POR BIOMA (2018-2019)

FONTE: INPE



O ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO E A DEPENDÊNCIA NEOCOLONIAL BRASILEIRA

Após 20 anos de negociações, o Brasil assinou um Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia[27] sob sucessivos ataques aos processos democráticos, que teve início com o golpe de Estado de 2016 e culminou na eleição de um presidente abertamente fascista, apoiado por uma rede de *fake news*[28], o que tornou a assinatura do Acordo uma prioridade.

Em 28 de Junho de 2019[29], os comités de negociação do Mercosul e da União Europeia (UE) anunciaram em Bruxelas a conclusão das negociações e a assinatura do acordo comercial entre os dois blocos econômicos. As conversações a favor da assinatura do acordo foram iniciadas pelo presidente antidemocrático Michel Temer, que começou a fazer ofertas tarifárias entre os dois blocos para negociar o acordo de comércio livre. Desde 2004, o Brasil não tem tido uma posição nesta direção, impedindo que o processo avance.

Com o reforço do neoliberalismo na América Latina, o Acordo assinado entre os blocos é estratégico para que a UE garanta o fornecimento de matérias-primas para a produção de bens de valor agregado, garantindo recursos naturais baratos com pouco ou nenhum controle e regulamentação.

Com o Acordo, o setor que mais estará sendo beneficiado é o agronegócio brasileiro. O que significa a continuidade de ações de expansão de áreas agrícolas. Mesmo considerando possíveis aumentos de produtividade por hectare, o forte aumento da procura torna mais rentável a simples expansão do uso do solo sob o modelo do agronegócio, o que também significa degradação ambiental e poluição pelo uso de agroquímicos, hormônios e antibióticos. O seu avanço sobre os biomas brasileiros diminuirá ainda mais os territórios para a sobrevivência dos povos tradicionais e seus modos de vida, bem como colocando em risco inclusive terras sob proteção ambiental e/ou territórios demarcados. Atualmente, a UE é o maior importador agrícola mundial[30], sendo o Brasil seu segundo maior fornecedor. Segundo dados do Itamaraty[31], atualmente 24% das exportações brasileiras para a UE estão livres de tarifas. Caso o Acordo se efetive, esse percentual subirá para 95%, tanto para o Brasil como para os outros países do Mercosul. Se forem incluídos nesse cálculo produtos que terão liberação parcial de tarifas (obedecendo a critérios de cota, preços de entrada e preferência), 99% das exportações para a UE serão desoneradas de impostos.

A eliminação ou diminuição das tarifas de importação e exportação gerará impactos negativos na economia nacional e local. Com a entrada de produtos europeus de valor agregado, aumentará a disputa interna de bens industriais em setores como têxtil, químico, de autopeças, madeireiro e aeronáutico. Também, afetará as cadeias curtas e consumo local, no momento em que, no caso como de produtores de leite e seus derivados, além de estar disputando espaço no mercado com produtos da Europa, também estará disputando com a legislação sanitária europeia, ao passo que inculta transformações a toda economia regional.

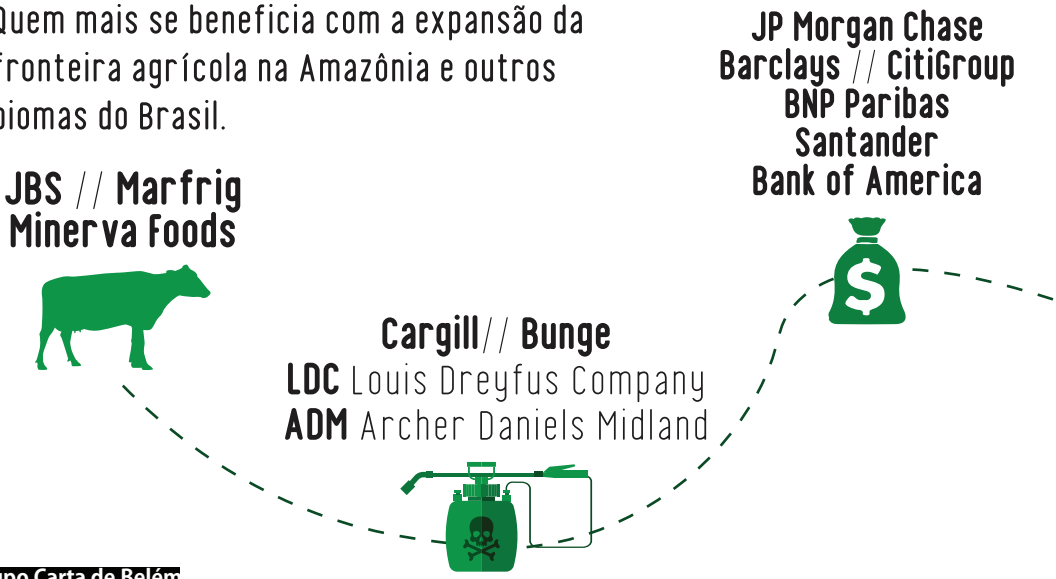
Na geopolítica internacional, o papel neocolonial do Brasil será reforçado e aprofundará a relação centro-periferia através da estimulação da economia do agronegócio na periferia do sul global e a produção de alto valor agregado no centro do norte global. Políticas que resultarão num reforço da dependência neocolonial do Brasil. Este Acordo incentiva a produção de bens de baixo valor agregado como soja, carne, álcool, milho, trigo para exportação. Frente a isso, o agronegócio, controlado por grandes fazendeiros e industriais e pelas gigantes transnacionais do setor, deverão ser os únicos beneficiados, gerando poucos empregos em relação ao nível de investimento realizado, além de enormes prejuízos ambientais, como resumem os infográficos a seguir:

O CUSTO REAL DO ACORDO UNIÃO EUROPEIA-MERCOSUL

infográfico **Amigos da Terra Europa**
adaptado por **Heitor Jardim / Amigos da Terra Brasil**

QUEM ESTÁ POR TRÁS?

Quem mais se beneficia com a expansão da fronteira agrícola na Amazônia e outros biomas do Brasil.



infográfico **Grupo Carta de Belém**
adaptado por **Heitor Jardim / Amigos da Terra Brasil**

Nas estradas é comum ver reboques de trator carregados com gigantescas toras de madeira. Em conversa com um líder do povo Apurinã, no Acre, ele explica: madeireiros entram na mata virgem, cortam, tiram as madeiras duras, como cedro e itaúba. Em seguida, os madeireiros cortam o resto da floresta nas toras, "*eles fazem isso para que não possamos ver que tipo de árvore eles removeram.*" No ano seguinte serão queimadas com o intuito de limpar a área e aproveitar os troncos remanescentes. Depois disso, eles começam a colocar as pastagens para o gado. "*Esse é o modelo que eles usam para invadir e dominar os territórios indígenas que protegemos. Aqui, por exemplo, há cinco dias estava tudo cortado, e mesmo com o Ibama aqui em Boca do Acre, eles ainda estão cortando* ", denuncia.

foto **Douglas Freitas / Amigos da Terra Brasil**

Com as queimadas na Amazônia, o país sofreu críticas de líderes europeus diante da postura do governo brasileiro na questão ambiental. A situações levantou questionamentos com relação ao acordo comercial. O Acordo entre os blocos detêm os países no cumprimento irrestrito das metas de conservação sobre o clima acordadas multilateralmente no Acordo de Paris. Em outra palavras, a cláusula ambiental no TLC entre UE-Mercosul é o Acordo de Paris[32].

Essa única cláusula vinculante ao Acordo de Paris é a revisão das metas voluntárias, as chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas (iNDC, na sigla em inglês), também não está sujeito ao mecanismo de resolução de controvérsia do Acordo, o que significa que um Estado ou bloco não pode, nem deve, impor o cumprimento ao outro através do acordo comercial. Quanto a isso, os governos se envolveram na construção de seus próprios compromissos climáticos. Cada nação apresentou sua contribuição de redução de emissões dos gases de efeito estufa, seguindo o que internamente considera viável a partir do cenário social e econômico local. No caso do Brasil, as suas metas voluntárias baseiam-se em grande parte no avanço do agronegócio florestal e na construção de grandes barragens[33]. Por outro lado, o TLC traz um acordo ambiental não vinculante para um acordo comercial, o que na prática representa uma desregulamentação. Além disso, isto não altera a ideologia do tratado, apenas facilita a sua venda ao público.

Com ou sem o TLC, o Brasil já tem demonstrado que não tem a intenção de cumprir as metas climáticas assinadas no Acordo de Paris ainda em 2015, ou seja a redução dos 37,5% da emissão de gases de efeito estufa está em cheque. Essa postura coloca em risco o não cumprimento do Acordo de Paris, justamente, porque a maior parte das emissões brasileiras estão associadas ao desmatamento das florestas tropicais e os direitos dos povos - que em grande medida garante e mantém a biodiversidade do território. Estes seguem sem ser respeitados e vivem sob ameaça

.

O desmatamento é uma consequência presente em muitos dos mega-projectos na Amazónia, como já assinalado com a construção de portos em Santarém (PA). Em estes casos, há apelações judiciais em função do desrespeito da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. A Convenção 169 reconhece como detentoras de direitos as comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e trata da obrigatoriedade da consulta prévia, livre e informada que antecede quaisquer medidas administrativas e legislativas com potencialidade de afetar diretamente povos tradicionais.

Embora, muitas vezes, a norma seja desrespeitada pelas ETNs e pelo Estado, como exemplificado acima, a Convenção 169 constitui o primeiro instrumento internacional vinculante, no qual trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, assegurando não somente o direito de consulta junto às comunidades, no qual muitas vezes são etapas processuais na obtenção de licenças ambientais, tais como a consagração do direito ao consentimento livre, prévio e informado, que deve portanto incluir o direito de dizer NÃO, e que este seja respeitado. Ainda assim, o respeito ao Convenção 169 não está assegurada no TLC entre Mercosul-UE, o que também coloca os povos e comunidades tradicionais em risco.

Além disso, existe a preocupação de que o próprio acordo possa facilitar ainda mais a venda de agrotóxicos por empresas europeias[34], tais como a Monsanto, Bayer, BASF, Syngenta, a produtores brasileiros num país que já é campeão mundial na utilização de pesticidas, dado que os impostos comerciais serão significativamente reduzidos para ambos os blocos. O Princípio da Precaução, incluído no capítulo sobre desenvolvimento sustentável, tal como garantido pela UE ao Mercosul, não pode ser aplicado à imposição de barreiras injustificadas ao comércio. Estabelece que eventuais medidas de protecção devem ser revistas, uma vez que não podem ser tratadas como definitivas[35]

.

Assim, o Princípio não pode ser utilizado para impedir a entrada na Europa de produtos do Mercosul que utilizam muitos agroquímicos, o que pode criar precedentes para aumentar o volume de resíduos de pesticidas permitidos em certos produtos. Esta é uma manobra do acordo com a União Europeia que anulou a precaução contra os agrotóxicos[36] e que afeta a saúde pública e

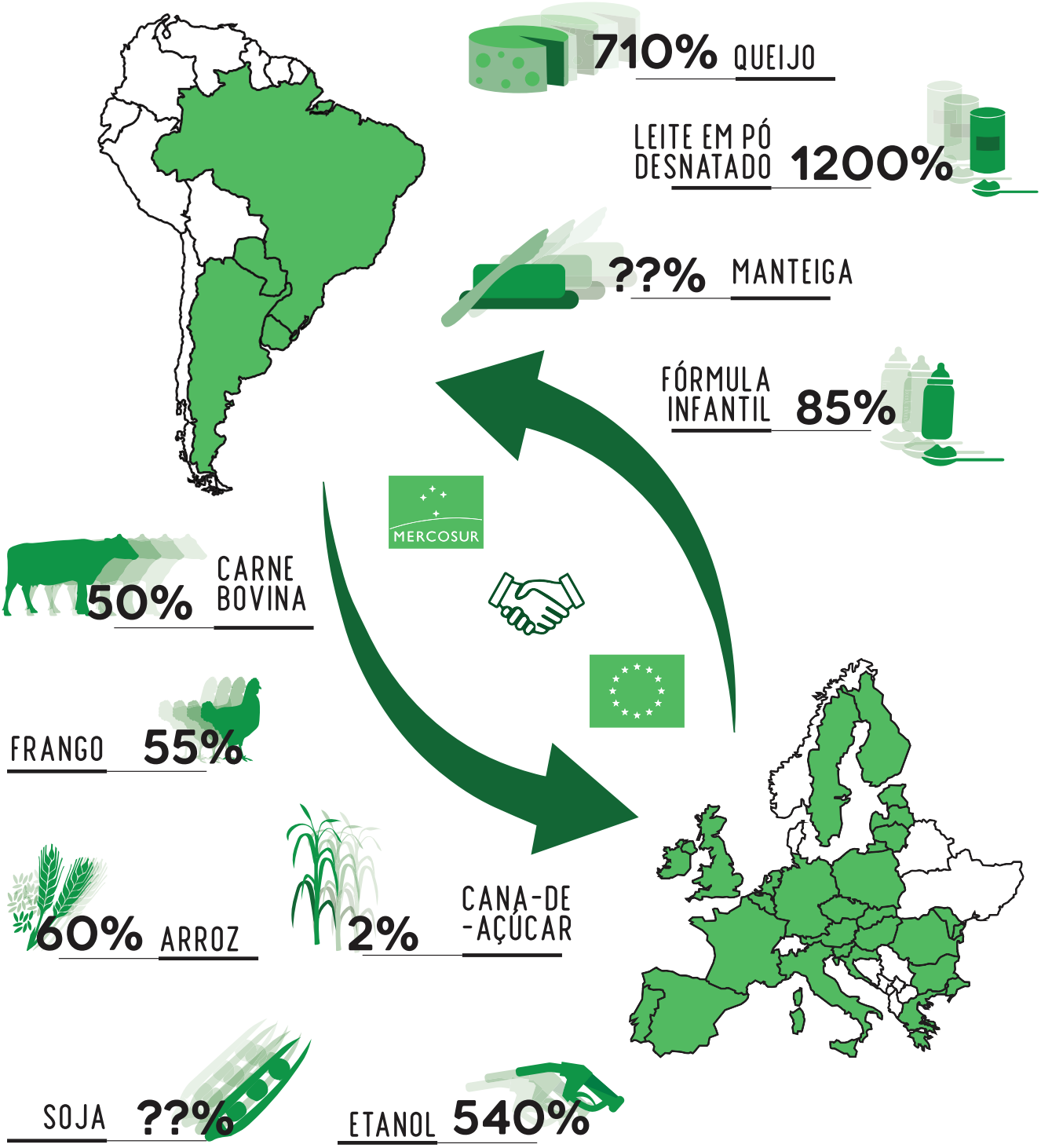
No caso do acordo entrar em vigor 99% das exportações para a UE estarão isentas de impostos

o ambiente em ambos os blocos, e especialmente os povos da Amazônia. Por outro lado, na proteção do bloco Europeu, existe o capítulo sobre Normas Sanitárias e Fitossanitárias que a UE pode utilizar como barreira não pautal para controlar as exportações agrícolas do Mercosul para a Europa, um argumento que foi utilizado para aplacar a oposição dos agricultores europeus ao Acordo.

Em resumo, os tratados de livre comércio devem ser confrontados quando se trata de buscar a justiça ambiental e climática. Segundo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), os acordos comerciais são poderosos impulsionadores da expansão do sistema alimentar industrial e portanto são responsáveis por até 37% das emissões globais de gases de efeito estufa[37]. Estudo realizado pelo Grain[38] evidencia que o acordo do TLC entre a UE-Mercosul intensificará a crise climática provocada pela agricultura de grande escala, através do aumento significativo das emissões globais de gases efeito estufa (GEE). O impacto direto do TLC para oito produtos agrícolas - carne bovina, queijo, etanol (de cana-de-açúcar), fórmula infantil (leite em pó), aves, arroz, leite em pó desnatado e açúcar-, será de um aumento de 8,7 milhões de toneladas por ano nas emissões de GEE. Dois terços das novas emissões serão produzidos em latifúndios agrícolas, incluindo fertilizantes e esterco, enquanto quase 30% virão de mudanças no uso do solo, incluindo o desmatamento, como demostra o infográfico ao lado.

O TLC acordado entre União Européia e Mercosul é, assim, mais um dos mecanismos internacionais bilaterais ou bi-regionais que privilegia os interesse das ETNs. Os acordos de livre comércio possuem uma grande complexidade de acordos legais e contêm uma série de cláusulas que garantem os investimentos das ETNs, que permanecem impunes sem respeitar os direitos dos povos. O Acordo irá acirrar os conflitos no campo, os ataques aos territórios e a perda da sociobiodiversidade, pois impulsionará o avanço da fronteira do agronegócio para regiões onde povos e comunidades já encontram-se ameaçadas por defender seus territórios, a água, as florestas, a biodiversidade e seus modos de vida.

O TLC UE - MERCOSUL AUMENTARÁ O COMÉRCIO DE MERCADORIAS DE GRANDE IMPACTO CLIMÁTICO



Crescimento esperado do comércio com o TLC a partir das novas cotas, por mercadoria.

infográfico **GRAIN**
adaptado por **Heitor Jardim / Amigos da Terra Brasil**

ACORDOS COMERCIAIS SUSTENTANDO A ARQUITETURA DA IMPUNIDADE

O modelo de "desenvolvimento" posto para a Amazônia é focado em aumentar a infraestrutura na região para escoar e exportar bens de baixo valor agregado. Construções de portos e ferrovias, o aumento da exploração dos minérios, a conversão da floresta em pasto e monoculturas, formam imensas periferias nos centros urbanos da Amazônia e exterminam os povos originários e tradicionais e seus modos de vida na região. As políticas ambientais estão sendo desregulamentadas e desmanteladas para abrir livre caminho para a consolidação do avanço destrutivo do capital transnacional sobre a floresta, sob um governo de ultradireita e fascista, que admite publicamente usar o contexto da pandemia para invisibilizar os ataques à política ambiental e aos povos indígenas. As ETNs, com os benefícios e com o aumenta da demanda que oferece o TLC UE-Mercosul, podem planejar com maior segurança jurídica sua expansão, presumindo lucros que não poderão ser afetados por restrições ambientais ou pelo veto dos povos tradicionais, já que o Acordo não garante a Convenção 169, e assim o direito ao consentimento dos povos tradicionais, e reduz o tema ambiental à questão climática e, mais especificamente, verificar o alcance das metas das Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas (NCDs) estabelecidas voluntariamente por cada país.

Este é o cenário no Brasil: regulamentações frágeis para a garantia de direitos dos povos, incentivos a grilagem de terras públicas, ataque aos povos e seus territórios, desregulamentação ambiental. Forma-se o terreno perfeito para o avanço do capital sobre os territórios. Os investidores estrangeiros utilizam o poder público que, em muitos casos, os protege e os deixa impunes, através de uma série de instrumentos que constituem a "arquitectura da impunidade", que se fortalecerá com a entrada em vigor do Acordo UE-Mercosul, condicionada à ratificação pelos parlamentos dos países membros.

Diferentes instrumentos são utilizados para que as empresas e investidores continuem a expansão de seus lucros e permaneçam impunes. Entre estes processo, vale mencionar a extinção ou enfraquecimento de conselhos e instâncias com participação da sociedade, por exemplo, comitês de bacia hidrográficas, o fórum brasileiro sobre mudanças climáticas, o Fundo Amazônia, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, nos quais muitas vezes representantes das próprias empresas, ou de suas "iniciativas de responsabilidade empresarial",ocupam cadeiras reservadas para sociedade civil para influenciar em decisões. Tratados de livre comércio, sem garantir o direito de acesso à informação e à participação popular, são negociados para garantir suas atividades econômicas para expandir a fronteira do lucro, estando entre os caminhos adotados para que permaneçam impunes perante violações de direitos cometidas, baseadas na violência para desmobilizar ou destruir a resistência a seus projetos[39].

A impunidade é mantida graças ao sistema hegemônico capitalista neoliberal que atua enfraquecendo os Estados e dando poder a um número cada vez mais reduzido de atores empresariais e instituições financeiras. Para isso é preciso cooptar a democracia e moldar o sistema judiciário com base em interesses privados. Por um lado, não existe no direito internacional um marco legal para regular ETNs, muito menos um mecanismo ou corte para julgar crimes empresariais. As ETNs exercem um poder invisível, no qual os Estados não as consideram atores com obrigações de respeitar direitos, apenas indicadores ou, ainda, são apontadas como "oportunidades" para o desenvolvimento do país.

No contexto do governo bolsonarista processos democráticos são postos de lado. Buscando manter o controle do território brasileiro, utiliza-se do aparato militar sob o disfarce da "soberania nacional". Sobretudo,

este controle ocorre na Amazônia. Por trás deste discurso e prática, existe uma lógica mercantilista e violadora que vem sendo estabelecida na relação militares-Amazônia desde a extração do pau-brasil, durante o período colonial. Uma perspectiva militar que vê na Amazônia um local de atraso, em relação ao modelo de "civilidade", e de recursos financeiros aguardando exploração. O modelo de "desenvolvimento' imposto para a região já tem um histórico antigo com intensificação no período em que o Brasil foi governado por militares, durante a ditadura de 1964 a 1985.

Com o avanço da cooptação de processos democráticos no capitalismo neoliberal, as ETNs usam instrumentos e políticas de livre comércio para garantir suas atividades econômicas e expandir a fronteira do lucro. Agendas comerciais e de investimento possuem grande capacidade para desregulamentar leis e políticas públicas construídas democraticamente e põem em risco as decisões e a própria capacidade dos Estados para proteger

O porto da Cargil, em Santarém / PA, é um exemplo dos prejuízos que o agronegócio e as empresas transnacionais trazem às comunidades, sem representar lucro para a população local.

foto **Carol Ferraz / Amigos da Terra Brasil**

o ambiente e garantir os direitos do seu povo, ainda mais quando tais interesses são defendidos por governos neoliberais e ultra-direitos que simpatizam com a devastação dos papéis do Estado na economia e alinhados com os interesses dos investidores estrangeiros. Essa combinação constitui uma série de privilégios para o capital financeiro internacional de modo a interferir na soberania dos países, gerando apropriação de territórios e violação de direitos dos povos e os seus direitos humanos.

Não faltam elementos para evidenciar o projeto em curso no Brasil. A perspectiva de "celeiro do mundo" é antiga e se intensifica após o golpe de 2016. As políticas domésticas têm sido voltadas para o mercado internacional, precarizando a vida do povo brasileiro. O teto dos gastos públicos também evidencia que este modelo de desenvolvimento não é para a maior parte da população. Um Acordo de Livre Comércio acirra ainda mais os conflitos no campo, a violação de direitos dos povos e a perda da biodiversidade da Amazônia.

Políticas realizadas a partir de escritórios, desconectadas das vivências daqueles que serão mais afetados pelos acordos e assinaturas de homens brancos que definem os destinos desses. Não por acaso, as projeções de transformações sociais partem não apenas de alterações estruturais na economia mundial, passam, também, por mudanças nas relações de gênero. Pensar sobre novas formas para discutir problemas antigos e chegar a aplicações que deem conta do respeito aos direitos dos povos e de seus territórios inclui a discussão de novas formas de economia baseada em perspectivas antipatriarcais e anticapitalistas.

O PATRIARCADO SUSTENTA A IMPUNIDADE: AS MULHERES DEFENSORAS RESISTEM BRAVAMENTE

Um dos pilares que sustenta a lógica capitalista e entreguista,o atual governo é o patriarcado. Historicamente, os povos enfrentam e lutam contra as estruturas que há séculos mantém o poder nas mãos brancas e masculinas que queimam a Amazônia. É a territorialização do capital através de grande empreendimentos e do agronegócio que assolam o território amazônico, na despossessão de milhares de famílias no campo e na cidade, para sustentar a acumulação de capital progressivamente mundializado e financerizado.

O atual processo de desenvolvimento do modelo capitalista e do modelo energético implementado no Brasil é o que mais viola direito humanos e, neste processo, as mulheres são as mais impactadas. Em Altamira, no Pará, as mulheres impactadas pela barragem de Belo Monte são exemplo de força e resistência no enfrentamento aos desafios trazidos pela construção de grandes empreendimentos. Quando uma barragem chega no território, as mulheres passam a enfrentar novos desafios, como afirma Josiane, impactada pela hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira/PA, e lutadora do Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil (MAB): “quando falta de água, somos nós mulheres que mais sofremos, pois somos nós que cozinhamos, limpamos a casa, lavamos roupa”. Por isso, muitas vezes, a defesa da água passa a ser uma tarefa das mulheres.

Com a chegada de grandes empreendimentos na região amazônica, as práticas patriarcais são intensificadas pelas ETNs. Um exemplo é que, para as famílias atingidas por Belo Monte ter acesso ao seu direito de moradia, foi necessário que as mulheres sofreram tamanha violação, no qual precisaram oficializar a união estável com seus companheiros de forma obrigatória.

O discurso de Bolsonaro, em julho de 2019, comparando a Amazônia a uma virgem “que todo o tarado de fora quer” deflagra a objetificação tanto do território como das mulheres, e nos traz elementos para pensarmos o projeto de governo que vem sendo implementado em relação à floresta.

Não há dúvidas em que o Acordo de Livre Comércio entre UE-Mercosul, assim como todos os tratados de livre comércio, seja qual for o seu nome, influencia fortemente nas estruturas que moldam a vida do povo através de políticas domésticas voltadas para o mercado internacional, e reforçam as estruturas de uma sociedade capitalista, com bases patriarcais e racistas, onde a mulher passa por ser a maior impactada. Na situação brasileira, no qual se presume que a região amazônica será a maior afetada pelo Acordo por ser a principal fronteira agrícola, a mulher amazônica será a mais impactada pelo Tratado de Livre Comércio UE-Mercosul.

As mulheres amazônicas são protagonistas no cuidado da vida, do corpo-território, da vida comunitária, da vida dos seus territórios e da manutenção de seu modo de vida. É neste sentido que passam a ser guardiãs dos territórios, sendo co-criadoras para resistir e reinventar a luta em defesa das vidas, por democracia e por direitos. Diversas lutadoras e defensoras da vida tiveram suas vidas arrancadas pela mão visível do capital, no qual recorda-se de Dilma Ferreira, assim como também as lutadoras Nicinha e irmã Dorothy, que resistiu até o fim de sua vida, que seguiu lutando para garantir os direitos do seu povo.

ACIMA, ESQUERDA
Na foto, uma mulher indígena segura um cartaz que diz: "Resistência da mulher na Amazônia". Em 8 de março de 2020, Dia Internacional dos Direitos da Mulher, em Altamira/Pará **Foto: Carol Ferraz /Amigos da Terra Brasil**

ABAIXO, ESQUERDA
Dercy foi a primeira mulher presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (Estado do Acre). Em suas palavras, ela derrotou a ditadura militar de 1964 e a ditadura dos homens. Nessa foto, tirada em setembro de 2019, após o agravamento dos incêndios na Amazônia, ela abraça uma seringueira, que foi uma fonte de sustento para ela e para muitas famílias no Estado do Acre. Foto **Douglas Freitas / Amigos da Terra Brasil**

À DIRETA
Dilma Ferreira dejó un inspirador legado de perseverancia en la lucha por los derechos humanos. Luchó hasta el último día de su vida en defensa de su territorio y contra el avance explotador de las empresas transnacionales sobre la Amazonia y sus pueblos. El 22 de marzo de 2019, cuando se celebra el Día Internacional del Agua, a los 48 años, Dilma, coordinadora regional del Movimiento de Afectados por Represas (MAB) en Tucuruí (PA), fue brutalmente asesinada. **Foto: Archivo del Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)**

POSIÇÃO DA AMIGOS DA TERRA

Lutamos por um instrumento juridicamente vinculativo sobre direitos humanos e empresas transnacionais

Pelos elementos apresentados nesta publicação em relação aos crimes corporativos que foram e ainda são os incêndios na Amazônia e em todos os biomas do Brasil, e por ter demonstrado o quanto os acordos de livre comércio são um pilar fundamental da arquitetura da impunidade, como Amigos da Terra Internacional rejeitamos o Acordo UE-Mercosul.

A impunidade desfrutada pelos ETNs tem sido demonstrada em todo o mundo, assim como é fundamental resolver a lacuna regulatória que existe hoje no Direito Internacional para **regular** estas empresas e suas atividades ao longo da cadeia de produção global de uma forma eficiente e específica.

Diante de um ciclo de violações praticadas por transnacionais e como resultado das lutas históricas dos movimentos sociais e comunidades afetadas, a Resolução 26/9 foi criada em 2014 nas Nações Unidas no contexto do Conselho de Direitos Humanos, estabelecendo um Grupo de Trabalho Intergovernamental para desenvolver um instrumento juridicamente vinculante sobre direitos humanos e ETNs. Mais de 40 anos após o discurso de Salvador Allende em 1972 denunciando as ações das empresas transnacionais na Assembléia Geral das Nações Unidas - o que foi considerado um marco na agenda de Direitos Humanos e Negócios.

ATI soma forças neste processo, por um Tratado Vinculante para acabar com a impunidade das ETNs, juntamente com a Campanha Global para Reivindicar a Soberania dos Povos, Desmantelar o Poder Corporativo e Acabar com a Impunidade e também faz parte da Aliança para um Tratado Vinculante. As semanas de negociações do Tratado são acompanhadas pela semana de mobilização dos povos, onde movimentos sociais e comunidades atingidas de todo o mundo se reúnem para denunciar as violações de direitos cometidas pelo poder corporativo e para disputar os elementos essenciais que devem estar presentes no instrumento jurídico a fim de garantir que se mantenha o espírito da Resolução 26/9 e um documento ambicioso à altura das violações e crimes cometidos.

Por fim, para que haja justiça social, econômica, ambiental e de gênero, é urgente e necessário lutar contra as ETNs e pôr um fim à arquitetura da impunidade. É através da convergência dos movimentos sociais que vamos resistir ao poder corporativo e continuar a luta anti-capitalista, anti-patriarcal, antiracista, anticolonialista, antifascista e internacionalista pela garantia dos direitos e soberania do povo.

foto **Amelia Collins / Amigos da terra Internacional**

Último dia de negociações da quinta sessão do tratado vinculativo em Genebra, outubro de 2019

Defender a Amazônia é defender e cuidar da vida. Para defender a vida na Amazônia, é necessário assegurar que os povos que pertencem a este território e que são responsáveis pela manutenção da biodiversidade da maior floresta do mundo, continuem a existir e que seus direitos sejam respeitados acima de qualquer lucro.

NOTAS:

1) Conflitos no Campo Brasil 2019 (CPT, 2020). Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/74-espaco-para-imprensa-releases-analiticos/14187-release-amazo-nia-viole-ncia-dispara-cpt-assessoria -de-comunicac-ao? Itemid = 0

2) O jornalista Adecio Piran, do site do Pará "Folha do Progresso", denunciou 5 dias antes a ação penal de fazendeiros e empresários denominada "dia do fogo". Após a publicação da denúncia, para sua segurança, o jornalista teve que ficar dois meses fora da cidade devido às ameaças de morte que recebeu, por meio das redes sociais e dos folhetos distribuídos em versão impressa à população do Novo Progresso, Estado do Pará (Brasil de Fato, 2019). Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/08/28/jornalista-que-den falar-dia-do-fogo-e-atacado-em-novo-progresso-no-para

3) Conflitos no Campo Brasil 2019 (CPT, 2020). Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14195-conflitos-no-campo-brasil-2019-web?Itemid=0 v

4) A Amazônia Legal, além de abrigar todo o bioma amazônico brasileiro, ainda contém 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal mato-grossense. Os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão fazem parte da Amazônia Legal.

5) Clima, Terra e Soberania: narrativas climáticas nos territórios do sul global (GRAIN, Grupo Carta de Belém; 2019). Disponível em: https://www.grain.org/system/articles/pdfs/000/006/370/original/Texto%20Belem%20POR-FINAL.pdf?1574960311

6) La deforestación aumentó en un 50% en 2019, indica las advertencias del Inpe (Observatorio del Clima, 2019). Disponible en: http://www.observatoriodoclima.eco.br/desmatamento-subiu-50-em-2019-indicam-alertas-inpe/

7) Ricardo Galvão foi exonerado da presidência do Inpe após refutar as críticas de Bolsonaro sobre a confiabilidade dos dados do instituto, em meio ao aumento do número de queimadas na Amazônia (Brasil de Fato, 2019). Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/12/13/ex- Presidente-do-inpe-exonerado-por-bolsonaro-e-eleito-um-dos-10-cientistas-do-ano

8) O número de militares aumentou de 2.765 em 2018 para 6.157 em 2020. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apos-posse-de-bolsonaro-presenca-de-militares- non-governo-mais-que-dobra, 70003367796

9) Clima, Terra e Soberania: narrativas do clima nos territórios do sul global (GRAIN, Grupo Carta de Belém; 2019). Disponível em: https://www.grain.org/system/articles/pdfs/000/006/370/original/Texto%20Belem%20POR-FINAL.pdf?1574960311

10) Grandes supermercados do Reino Unido compram carne enlatada de uma empresa de carne ligada à demolição ilegal das florestas tropicais da Amazônia (The Independet, 2019). Disponível em: https://www.independent.co.uk/environment/asda-lidl-waitrose-amazon-rainforest-destruction-beef-brazil-environment-a8918981.htm

11) Cumplicidade na destruição II: como consumidores e financistas do norte permitem o assalto de Bolsonaro à Amazônia brasileira. Disponível em: https://amazonwatch.org/assets/files/2019-complicity-in-destruction-2.pdf

12) Vencendo, vencendo atrás dos incêndios na Amazônia (Amigos da Terra Brasil, 2019). Disponível em: http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/2019/09/18/o-ganha-ganha-por-tras-das-queimadas-da-amazonia/

13) O bioma Cerrado aparece em seguida com 13% dos alertas (33,5% da área), totalizando 408.600 hectares, seguido pelo Pantanal com 16.500 hectares, Mata Atlântica com 10.600 hectares, Caatinga com 12.100 hectares e o Pampa com 642 hectares. Disponível no Relatório Anual do Desmatamento no Brasil - 2019:
https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/relatrios/MBI-relatorio-desmatamento-2019-FINAL5.pdf

14) Até 20/08/2020. Disponível em: http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_paises/

15) "Dia do Fogo": um ano depois, apenas 5% dos culpados foram punidos (Brasil de Fato, 2020). Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/08/10/dia-do-fogo-um-ano-depois-so-5-dos-culpados-foram-punidos

16) O Ministério do Meio Ambiente tenta reduzir o objetivo de preservação da Amazônia (Brasil de Fato, 2020). Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/08/04/ministerio-do-meio-ambiente-tenta-reduzir-meta-de-preservacao-da-amazonia

17) Conflitos no Interior Brasil 2018 (CPT, 2019). Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018?Itemid=0

18) Em 1968, a partir de reportagens da imprensa, foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que deu origem ao Relatório Velloso, que evidenciava a aquisição irregular de terras brasileiras por estrangeiros, com a participação de inúmeros brasileiros ligados ao governo e notários públicos. O relatório mostra que mais de vinte milhões de hectares de terras brasileiras foram comercializados com grupos estrangeiros.

19) Desmatadores: aqui estão os 25 maiores desmatadores da Amazônia (The Intercept Brasil, 2020). Disponível em: https://theintercept.com/2020/01/31/maiores-desmatadores-amazonia/

20) Operando com 10% do orçamento, a FUNAI abandona os cargos e coordenações em áreas indígenas. Disponível em: https://apublica.org/2019/03/operando-com-10-do-orcamento-funai-abandona-postos-e-co Ordencoes-em-areas-indigenas /

21) O Fundo Amazônia, constituído essencialmente por doações norueguesas e alemãs, mas também outras instituições financeiras globais de desenvolvimento, como o próprio Banco Alemão de Desenvolvimento (KFW) e as agências do grupo Banco Mundial, as operações do fundo se destinavam a projetos de estruturação e desenvolvimento de políticas públicas ambientais e climáticas. Após a divergência e questionamento, a Presidência recrutou a relação, centralizando ainda mais as ações para esse e outros assuntos, pois partia do entendimento de que a falta de controle sobre o direcionamento e uso desse dinheiro significava um descontrole, mesmo territorial e política, nos estados. "Mas também no Fundo Amazônia, foram muitos os projetos que garantiam outro tipo de autonomia e a possibilidade de ação territorial para promover a boa vida dos povos e comunidades da Amazônia, para além da autonomia estatal. Projetos relacionados à manutenção de fundos específicos que redirecionam recursos e assistência técnica às comunidades para o desenvolvimento de projetos próprios, como hortas, iniciativas de comercialização de produtos sem agrotóxicos, vigilância e proteção territorial, autodemarcação de territórios, garantia de autonomia produtiva agroecológica para mulheres, todas estavam praticamente suspensas devido à interrupção do redirecionamento do recurso "(Grupo Carta de Belém, 2020). Disponível em: https://www.cartadebelem.org.br/desmatamento-e-pandemia-o-que-o-conselho-nacional-da-amazonia-esta-fazendo-contra-voce/

22) O Bolsonaro transfere para os militares a decisão sobre a fiscalização ambiental na Amazônia (Brasil de Fato, 2020). Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/05/07/bolsonaro-transfere-para-militares-decisao-sobre-fiscalizacoes-ambientais-na-amazonia

23) Em meio à pandemia Covid-19, a medida provisória que visa legalizar o maior roubo de terras públicas da história do país pode ser votada na Câmara dos Deputados (Grupo de la Carta de Belém, 2020). Disponível em: http://www.cartadebelem.org.br/em-meio-a-pandemia-de-covid-19-mp-que-pretende-legalizar-o-maior-roubo-de-terras-publicas-da -história-do-país-pode-ser-votado-na-câmera /

24) Com o governo Bolsonaro, as fazendas foram certificadas irregularmente em terras indígenas na Amazônia (Agência Publica, 2020). Disponível em: https://apublica.org/2020/05/com-bolsonaro-fazendas-foram-certificados-de-maneira-irregular-em-terras-indigenas-na-amazonia/

25) O PL (projeto de lei) 191 não respeita os povos indígenas nem mesmo na gestão de seus direitos (Instituto Socioambiental, 2020). Disponível em: https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/pl-191-desrespeita-indigenas-ate-na-gestao-de-royifications

26) Decreto nº 10.394, de 10 de junho de 2020 (BRASIL, 2020). Disponível em: http://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.394-de-10-de-junho-de-2020-261117123

27) O Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia é um importante acordo, do qual participam 27 países da UE e quatro países do Mercosul, com um produto interno bruto (PIB) de 20 trilhões de dólares, o que significa cerca de 25% da economia mundial. O Acordo de Associação inclui três pilares: diálogo político, cooperação e livre comércio. O objetivo do Acordo Comercial é a redução imediata ou gradual dos direitos de importação entre os países europeus e sul-americanos e, em muitos casos, a redução dos impostos a zero. Para que o Acordo entre em vigor, deverá ser aprovado pelos parlamentos e governos nacionais dos 31 países envolvidos. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/2019/2019_07_03_-_Resumo_Acordo_Mercosul_UE.pdf

28) Há atualmente uma investigação da Comissão Parlamentar Conjunta de Investigação de Notícias Falsas (CPMI), que investiga a disseminação maciça de mentiras e ataques nas campanhas eleitorais de 2018 envolvendo o filho do presidente Bolsonaro. (Rede Brasil Atual, 2020). Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/03/eduardo-bolsonaro-esta-ligado-diredamente-a-rede-de-fake-news/

29) O texto final ainda não foi divulgado. Ele passa por revisões jurídicas e traduções para cerca de 30 idiomas. Até o momento, apenas os pilares da parte comercial foram divulgados. Os capítulos sobre política e cooperação internacional estão em fase final de negociações.

30) De acordo com o relatório sobre o comércio agroalimentar da UE para o ano de 2019, publicado pela ComisEm 2019, o bloco económico onde o valor das exportações agroalimentares ascendeu a 151,2 mil milhares de euros, visto que as importações representam 119 , 3 mil milhares de euros. Os principais destinos são dois produtos agroalimentares da UE em 2019 para os Estados Unidos (que receberam 24,3 bilhões de euros em exportações agroalimentares) e para a China (15,3 bilhões de euros). Os cinco países são responsáveis por 35% das importações agroalimentares da UE em 2019 para os Estados Unidos (€ 11,8 bilhões de importações), Brasil (€ 11,6 bilhões), Ucrânia (€ 7,4 bilhões), China (€ 6,1 mil milhões) milhares de euros) e Argentina (5.000 milhares de euros) (Comissão Europeia, 2020). Disponível em: https://ec.europa.eu/info/news/2019-record-year-eu-agri-food-trade-2020-mar-27_en#moreinfo31) Acordo de Associação Mercosul-União Europeia - resumo informativo elaborado pelo governo brasileiro (BRASIL, 2019). Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/2019/2019_07_03_-_Resumo_Acordo_Mercosul_UE.pdf

32) O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável. O compromisso é manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2ºC acima dos níveis pré-industriais e tentar limitar o aumento da temperatura a 1,5ºC acima dos níveis pré-industriais. O objetivo fundamental do Acordo é fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas e fortalecer a capacidade dos países de fazer frente aos efeitos dessas mudanças.

33) Clima, Tierra y Soberanía: las narrativas climáticas sobre los territorios del sur global (GRAIN, Grupo Carta de Belém; 2019). Disponible en: https://www.grain.org/system/articles/pdfs/000/006/370/original/Texto%20Belem%20POR-FINAL.pdf?1574960311

34) As multinacionais na Europa vendem toneladas de agrotóxicos “altamente perigosos” proibidos em seus países no Brasil (Relatório Brasil, 2020). Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2020/06/multinacionais-da-europa-vendem-no-brasil-toneladas-de-agrotoxicos-al fully-perigosos-proibidos-em-seus-paises /

35) Acordo de Associação Mercosul-União Europeia - resumo informativo elaborado pelo governo brasileiro (BRASIL, 2019). Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/2019/2019_07_03_-_Resumo_Acordo_Mercosul_UE.pdf

36) Manobra no acordo com a União Européia anulou a precaução contra agroquímicos (Organização Pública, 2019). Disponível em: https://apublica.org/2019/08/manobra-no-acordo-com-uniao-europeia-anulou-precaucao-contra-agrotoxicos/#Link1

37) Mudanças climáticas e a terra (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC, 2019). Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/Edited-SPM_Approved_Microsite_FINAL.pdf

38) O acordo comercial entre a UE e o Mercosul intensificará a crise climática causada pela agricultura (Grain, 2019). Disponível em: https://www.grain.org/pt/article/6358-acordo-comercial-uniao-europeia-mercosul-intensificara-a-crise-climatica-provocada-pela-Acordo comercial União Europeia-Mercosul vai intensificar para crise clima desencadeado pela agricultura agricultura

39) O poder sistêmico exercido pelas empresas transnacionais e as agendas de livre comércio: notas para construir mobilização e resistência (REDES-AT Uruguai, 2019). Disponível em: https://tejiendoenred.wordpress.com/2019/05/14/el-poder-sistemico-que-ejercen-las-empresas-transnacionales-y-las-agendas-del-libre-comercio-apuntes-para -construir-mobilização-e-resistência /

FONTES PARA CONSULTA
REFERÊNCIAS

La Jornada Continental rechaza TLC MERCOSUR – UE
https://seguimosenlucha.org/index.php/2019/06/18/la-jornada-continental-rechaza-tlc-mercosur-ue/

Agricultura e Livre Comércio: A liberalização da agricultura nos acordos de livre comércio
https://www.redes.org.uy/wp-content/uploads/2017/02/Tisa-4-OK.pdf

Dossiê: Flexibilização da Legislação Socioambiental Brasileira - 2ª edição (português)
https://br.boell.org/pt-br/dossie-flexibilizacao-da-legislacao-socioambiental-brasileira-2-edicao

Conflitos agrários e destruição na Amazônia brasileira
https://apublica.org/2019/07/conflictos-agrarios-y-destruccion-en-la-amazonia-brasilena/

O que faz a Amazônia queimar é o capitalismo neoliberal (espanhol disponível)
http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/2019/08/23/o-que-faz-a-amazonia-queimar-e-o-capitalismo-neoliberal/

A lógica ganha-ganha por trás dos incêndios na Amazônia - parte 1: como o agronegócio e o mercado financeiro lucram com a devastação da maior floresta tropical do mundo
https://www.amigosdaterrabrasil.org.br/2019/09/18/o-ganha-ganha-por-tras-das-queimadas-da-amazonia/

A lógica ganha-ganha por trás dos incêndios na Amazônia - parte 2: quanto valem a preservação do capitalismo e as falsas soluções, e quem compensa as compensações?
http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/2019/09/28/o-ganha-ganha-por-tras-das-queimadas-da-amazonia-parte-2/

Lucro para cortar, lucro para florescer: para a Amazônia não é mercado de carbono (português)
https://www.brasildefato.com.br/2019/12/27/lucro-para-desmatar-lucro-para-reflorestar-a-amazonia-no-mercado-de-carbono/

As agendas do livre comércio e o impacto nas mulheres: notas para pensar a construção de um feminismo popular
https://tejiendoenred.wordpress.com/2019/05/14/las-agendas-del-libre-comercio-y-el-impacto-en-las-mujeres-apuntes-para-pensar-la-construccion-de- popular-feminismo

A liberalização da agricultura nos acordos de livre comércio
https://www.redes.org.uy/2016/10/23/la-liberalizacion-de-la-agricultura-en-los-tratados-de-libre-comercio/

QUEIMANDO A AMAZÔNIA
UM CRIME CORPORATIVO GLOBAL

UM ALERTA PARA FREAR O ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO
ENTRE MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

2020

GRUPOS DA AMIGOS DA TERRA
NO MUNDO

África

África do Sul
Camarões
Gana
Ilhas Maurícia
Libéria
Mali
Moçambique
Nigéria
Serra Leoa
Tanzânia
Togo
Tunísia
Uganda

Ásia-Pacífico

Austrália
Bangladesh
Coreia do Sul
Filipinas
Indonésia
Japão
Malásia
Nepal
Palestina
Papua-Nova Guiné
Rússia
Sri Lanka
Timor-Leste

Europa

Alemanha
Áustria
Bélgica *(Wallonia & Bruselas)*
Bélgica *(Flanders)*
Bósnia e Herzegovina
Bulgária
Croácia
Chipre
Dinamarca
Escócia
Eslovaquia
Eslovênia
Espanha
Estônia
Finlândia
França
Geórgia
Holanda
Hungria
Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte
Irlanda
Jovens Amigos da Terra Europa
Letônia
Lituânia
Luxemburgo
Macedônia *(ex República Ioguslava)*
Malta
Noruega
Polônia
República Tcheca
Rússia
Suécia
Suíça

América Latina e Caribe

Argentina
Brasil
Chile
Colômbia
Costa Rica
Curaçao *(Antilhas)*
El Salvador
Granada *(Índias Ocidentais)*
Guatemala
Hairi
Honduras
México
Paraguai
Uruguai

América do Norte

Canadá
Estados Unidos

www.foei.org/es

Mobilizar resistir transformar

Amigos da Terra Internacional
Secretaria
Caixa Posttal 19199, 1000GD
Amsterdam
Países Baixos

Telefone: +31 (0) 20 6221369
info@foei.org
Nos siga em twitter.com/FoEint
www.facebook.com/foeint

Amigos da Terra Internacional